

ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ  
HELOISA PAULO  
COORD.



# A CULTURA DO PODER

A PROPAGANDA NOS ESTADOS AUTORITÁRIOS

**A AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS/ULTRAMAR  
E A PROPAGANDA NO ESTADO NOVO  
(1932-1974)**

*José Luís Lima Garcia*

A criação a 30 de Setembro de 1924 da Agência Geral das Colónias justificava-se pelo desenvolvimento dos meios de comunicação nos primeiros anos do século XX, prenunciando já o que seria a sociedade de informação umas décadas depois. Armando Cortesão foi o primeiro responsável desta instituição, procurando, em pleno regime republicano, compensar o tempo perdido relativamente ao trabalho de divulgação feito antes por outras potências colonizadoras. Já em plena Ditadura Militar o ministro das Colónias, Armindo Monteiro, era de opinião que Portugal ainda não tinha um verdadeiro Império, mas que era detentor de um conjunto de parcelas espalhadas pelo Mundo. Para este governante a condição fundamental que permitiria o estatuto de dominação imperial seria a espiritualidade<sup>1</sup>. Foi nesse desiderato ideológico que a 4 de Abril de 1932 tomava posse como Agente-Geral, Júlio Garcez de Lencastre. Segundo este, a nova filosofia política passaria por um aperfeiçoamento da “máquina ad-

---

<sup>1</sup> MONTEIRO, Armindo. “A ideia do Império” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Março de 1932, n.º 81, pp. 3-9.

ministrativa” e pela criação de “órgãos capazes de compreender a ideia da unidade do império colonial e de cumpri-la integralmente”<sup>2</sup>.

Com esta divisa da «solidariedade» entre as diversas parcelas do «Mundo Português», a Agência das Colônias representava bem os ideais do regime acerca de Portugal como único território que necessitava de ser melhor organizado e administrado, não só para que se pudesse fazer a reconstituição financeira, política e económica, mas também para que a política accionada pelo ministro das Finanças, Oliveira Salazar, pudesse vir a adoptar com “carinho” e “interesse” essas parcelas tropicais, como entidades produtoras e consumidoras deste mercado único. Assim, a reorganização da Agência, na nova conjuntura ideológica, baseava-se no Decreto n.º 21.011, de 14 de Março de 1932, que procurava centralizar mais a instituição e ao mesmo tempo aumentar a competência comunicacional nas áreas da propaganda e da procuradoria. Segundo Lencastre, “conhecer” e “informar” seria a divisa principal da instituição que dirigia, centrando-se a informação na recolha e divulgação de dados estatísticos e de outras notícias que interessassem aos Governos Central e Coloniais.

Para colmatar essas insuficiências procedeu-se a uma remodelação do organigrama da instituição, passando os seus departamentos a ficarem com as seguintes funções: na 1.ª Divisão, “Procuradoria”, que tinha a seu cargo os serviços de representação jurídica e comercial dos governos e entidades coloniais. Era também uma das secções a que recorriam as corporações administrativas, as empresas e os funcionários. Para dar cumprimento ao n.º 2, do artigo 14.º da Lei que regulava a Agência, Garcez de Lencastre solicitara às entidades no terreno que enviassem as relações de materiais e artigos que habitualmente costumavam adquirir na Metrópole, com a indicação das

---

<sup>2</sup> Vide “Informações e Notícias: Agente Geral das Colônias”, *Bol.* n.º 82, Abril de 1932, pp. 123-124.

origens e quantidades dos produtos, para que atempadamente e com critério se pudessem fazer as compras e depois se providenciasse o transporte para a possessão que utilizara este serviço. Considerava ainda Lencastre que a actividade de economato das outras divisões desta instituição deveria ser realizada pela própria Agência, para desta forma se pouparem custos, energias e dissabores aos seus responsáveis. Relativamente à 2.<sup>a</sup> Divisão, “Informação”, o Agente-Geral apresentava um conjunto de ideias que agora se retomavam para dar a conhecer o que Portugal estava a fazer no âmbito do fomento e transformação do seu Império. Este serviço era essencial para “abastecer” de notícias os jornais diários, a partir de informações colhidas nos Governos das possessões, nos boletins oficiais e nos periódicos. Mas o inverso também era importante, isto é dar a conhecer para o território nacional o que se estava a passar nas outras metrópoles europeias, em termos de ciência e cultura coloniais. Neste sentido, a recolha dos recortes possibilitava a informação e facilitava a tarefa dos governantes no acesso a todas as notícias que saíssem nos periódicos, sobre as possessões lusas ou sobre as de outros colonizadores. Ainda, a utilização de fotografias, filmes e documentários cinematográficos para a divulgação da ideia de Império, devendo para o facto constituir-se uma cinemateca que recolhesse o material audiovisual.

Quanto à 3.<sup>a</sup> Divisão, “Propaganda”, Lencastre pensava que, sendo a instituição um organismo para a publicitação e difusão de eventos sobre as coisas e as causas coloniais, se deveria logo começar pela publicidade de si própria, antes de se fazer a vulgarização de outras entidades. Logo, seria pertinente mudar a imagem do prédio onde se localizava. Propunha então que se colocassem *placards* de vidro no exterior, sinalizados com letras bem visíveis, para que aí se inserissem as notícias mais relevantes sobre o Império. Outra proposta tinha a ver com a possibilidade de os municípios, com grandes festas e feiras, poderem ceder espaço para aí a Agência Geral das

Colónias ter oportunidade de apresentar mostruários e expositores com produtos, cartazes e gráficos, que salientassem a importância das diversas possessões lusíadas espalhadas pelo Mundo<sup>3</sup>. Também, nas principais cidades do país se poderiam aproveitar os recursos humanos de uma elite local de funcionários, para de uma forma simples e pouco dispendiosa se fazer a divulgação imperial e com esta acção contribuir para o desenvolvimento da cultura tropical pelas diversas regiões da Metrópole. Mas, o grande evento de que o novo Agente-Geral se viria a responsabilizar era a execução, seis meses depois da tomada de posse, da Exposição Industrial de Lisboa, que tivera lugar em Outubro de 1932, em pavilhões construídos no Parque Eduardo VII<sup>4</sup>. Garcez de Lencastre pretendia igualmente aproveitar e recuperar a disponibilidade da associação “Pró-Colónias” para a realização de eventos no norte do país. Finalmente, ainda nesta Divisão, o Agente-Geral propunha que se continuasse com as acções de divulgação do património ultramarino nos liceus, nas escolas técnicas, no magistério primário, e nas universidades com o apoio e a colaboração de entidades, como a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Superior Colonial. O aproveitamento de governantes, jornalistas, professores e publicistas seria uma mais-valia para a promoção do Império, sobretudo em alturas propícias para essa vulgarização que eram as “Semanas das Colónias”, organizadas todos os anos em parceria com as instituições científico-pedagógicas atrás referenciadas e outras entidades que mostrassem vontade e disponibilidade para realizar tais eventos, como as associações comerciais de Lisboa e do Porto.

No respeitante à 4.<sup>a</sup> Divisão, “Boletim, Publicações e Biblioteca”, esta encarregava-se do prosseguimento da edição do periódico, como

---

<sup>3</sup> Vide “A Câmara Municipal de Lisboa e a Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 83, Maio de 1932, pp. 163-164.

<sup>4</sup> LENCASTRE, Júlio Garcez de. “A Participação Colonial na Feira Industrial Portuguesa”, *Bol.* n.ºs 86/87, Agosto/Setembro de 1932, pp. 3-7.

órgão difusor da problemática ultramarina, facto que aliás vinha acontecendo, desde a fundação até ao momento em que Lencastre tomara posse como Agente-Geral. Assim, o *Boletim* tornou-se um valioso repositório da ciência colonial, transformando-se num instrumento privilegiado de consulta de estudantes e curiosos desta temática. A par deste periódico, funcionava ainda uma biblioteca que vinha aumentando o número de leitores que passara de 228 em 1927, para 926 em 1931<sup>5</sup>. Esta Divisão ainda publicava várias coleções de livros, destacando-se os das “Legislação Colonial” e os dos “Relatórios, Estudos e Documentos Coloniais”. Passado um ano, o Agente Lencastre concluía que ainda não houvera tempo para concretizar, o que inicialmente havia apontado, como intervenções que exigiriam uma mais longa duração para se poderem cumprir. Dominado por essa ideia do “essencial”, publicara um relatório desse período no *Boletim* n.º 100, de Outubro de 1933. Nele fazia o ponto da situação das actividades consumadas pela Agência, nomeadamente em três grandes acontecimentos publicitários: Exposição Industrial de Lisboa, Conferência no Casino do Estoril e Semana Portuguesa de Vigo. Quanto à primeira destas realizações, a mostra de Lisboa foi inaugurada no dia 3 de Outubro de 1932, pelo Presidente da República, Óscar Carmona. O evento, na opinião de Garcez de Lencastre, demonstrava que Portugal adoptara uma política económica unitária e dispunha de potencialidades, que iam além das que existiam na Metrópole. As possessões já detinham condições para transformar algumas matérias-primas locais em produtos industriais até ali importados da Europa<sup>6</sup>. Ainda, na perspectiva deste funcionário se abandonara a política de feitoria, tendo-se iniciado a ocupação exaustiva do *hinterland*, como ficara provado pela reali-

---

<sup>5</sup> LENCASTRE, Júlio Garcez de. “A Acção da Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 85, Julho de 1932, pp. 3-12, especialmente p. 12.

<sup>6</sup> Vide “Grande Exposição Industrial Portuguesa”, *Bol.* n.º 89, Novembro de 1932, pp. 131-138.

zação das feiras de Luanda e de Lourenço Marques, as conferências comerciais e as viagens de membros do Governo, como a visita feita, entre Abril e Outubro de 1932, pelo ministro Armindo Monteiro aos territórios de São Tomé e Príncipe e Angola.

Entretanto, a 2 de Março de 1933 efectuara-se mais uma sessão de divulgação colonial, no salão da Sociedade de Propaganda da Costa do Sol, do Casino do Estoril, presidida pelo ministro das Colónias, com a presença de muitas personalidades como o brigadeiro João de Almeida, o tenente Henrique Galvão e o jornalista Júlio Cayolla. António Eça de Queirós, redactor do *Jornal do Comércio e das Colónias*, fizera uma conferência sobre a importância geográfica das possessões africanas<sup>7</sup>. Quanto à colaboração que a Agência das Colónias dera à “Semana Portuguesa” realizada em Vigo, entre os dias 26 de Março e 2 de Abril de 1933, e visitada por 12.000 pessoas, de salientar que num stand próprio foram apresentadas as principais matérias-primas comercializadas e consumidas na Europa (açúcar, algodão, cacau, café, cera, chá, oleaginosas, e tabaco). Na altura da inauguração usara da palavra o Agente-Geral que salientara a importância desta representação na cidade galega, realçando o esforço entre populações indígenas e colonos, no afã de cumprir com a missão civilizadora que o seu país desempenhava há tantos séculos<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo em que decorria a referida “Semana”, procedeu a Agência à distribuição gratuita do Boletim e de várias monografias editadas por esta instituição. Também aos vários cinemas da cidade espanhola foram entregues cópias de filmes para serem projectados durante a vigência do evento. Finalmente, no Grémio Mercantil, Henrique Galvão proferiu uma conferência que se referia

---

<sup>7</sup> Vide “A Agência Geral das Colónias e a propaganda colonial”, *Bol.* n.º 94, Abril de 1933, pp. 117-124.

<sup>8</sup> Vide “A Agência Geral das Colónias e a sua cooperação na Semana Portuguesa de Vigo”, *Bol.* n.º 94, Abril de 1933, pp. 131-135, especialmente p. 131.

ao papel da “Galiza no povoamento das colónias portuguesas”<sup>9</sup>. Em relação a outras manifestações, dever-se-á mencionar a aposta que esta instituição fizera na propaganda cinematográfica. Para se ver o desenvolvimento que este meio de divulgação tomara, bastaria recordar que até 1932 apenas existia na Agência Geral das Colónias um filme, e que passados alguns meses possuía já quarenta, dos quais apenas sete tinham sido comprados e os outros participados por entidades como o Governo-Geral de Moçambique, o comissariado da Exposição de Paris e os serviços fotográficos do Exército. Efectuaram-se simultaneamente várias sessões promocionais em Lisboa (*Voz do Operário, Casino do Estoril e Cinema Condes*)<sup>10</sup>.

A Agência continuou, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, a organizar anualmente a “Semana das Colónias”, efectuando em diversas cidades, do Minho ao Algarve, sessões de divulgação sobre os territórios de Além-Mar. De acordo com o ministro Monteiro, a propaganda deverá ter “...as mesmas características que a penetração comercial – tem de ser metódica, insistente, persuasiva, e os resultados, se nem sempre são imediatos, fatalmente serão reconhecidos”<sup>11</sup>. Era com persistência que o regime apostava na promoção das suas colónias e, após o certame de Lisboa, preparava, a uma distância de meses, uma grande Exposição Colonial no Porto, a realizar entre Julho e Agosto de 1934, com o apoio da associação cívica “Pró-Colónias”<sup>12</sup>. A organização começara com a antecedência de muitos meses relativamente à data prevista da inauguração, Junho de 1934, pelo que logo em 28 de Agosto de 1933 se fizera publicar o Decreto n.º 22.987 que instituía a criação deste evento de tão

---

<sup>9</sup> Vide “Nota da Agência Geral das Colónias sobre a Semana Portuguesa de Vigo”, *Ibidem*, Bol. 94, pp. 141-142, especialmente p. 142.

<sup>10</sup> LENCASTRE, Júlio Garcez de. “Um Ano de Actividade da...”, *Bol.* n.º 100, Outubro de 1933, p. 124.

<sup>11</sup> Armino Monteiro, citado por Garcez de Lencastre, *Ibidem*, p. 125.

<sup>12</sup> Vide Decreto-Lei n.º 22.987 de 28 de Agosto de 1933.



elevado interesse patriótico<sup>13</sup>. De acordo com Lourenço Cayolla foi a permanência durante várias semanas desta Exposição junto do público do norte do país, que veio tornar menos vaga a ideia que essa audiência tinha da nossa realidade colonial, a ponto de este articulista afirmar que os metropolitanos se aperceberam que os nativos das colónias também eram “...não só pelas leis mas pelos factos de todos os dias, considerados como legítimos cidadãos de nacionalidade portuguesa...”<sup>14</sup>.

Entretanto Garcez de Lencastre foi nomeado governador de Luanda, tendo para o substituir sido indigitado, em Agosto de 1934, Júlio Cayolla. Para além dos cruzeiros escolares, a grande tarefa do novo Agente-Geral foi a de organizar em 1935 as comemorações do 40.º aniversário da prisão de Gungunhana e a exposição sobre a «Ocupação Colonial» em 1937, evento que se integrava já nas comemorações centenárias de 1940. Relativamente às celebrações do dia de «Mouzinho», a 28 de Dezembro de 1935, estas foram feitas com a participação da Câmara Municipal de Lisboa e da Sociedade de Geografia. Para o dia em que se cumpriam os quarenta anos da batalha que permitiu o fim da resistência dos indígenas do sul de Moçambique, foi inaugurada na Agência das Colónias uma mostra de “recordações” deste militar <sup>15</sup>. Quanto a outros eventos, de realçar a organização da Exposição da Ocupação e do Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, actividades desenvolvidas em 1937. Sobre a obra bibliográfica, a Agência divulgara 450 obras, desde a fundação em 1924, representando estas cerca de um milhão de exemplares, embora o período mais fértil de publicação se tenha

---

<sup>13</sup> Vide Artigo 2.º do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933.

<sup>14</sup> CAYOLLA, Lourenço. “Crónica Colonial”, *Bol.n.º* 112, Outubro de 1934, pp. 211-218, especialmente p. 216.

<sup>15</sup> Vide “Celebração do 40.º aniversário de Chaimite – A Exposição de “recordações” de Mousinho – Artigos sobre a Exposição”, *Bol. n.º* 128, Fevereiro de 1936, pp. 180-197, especialmente p. 190.

centrado entre 1933 e 1937, com 750.000 exemplares de 358 edições. Entre as colecções criadas destacava-se a «Pelo Império», largamente difundida entre as gerações mais novas, para que o exemplo de vida consagrada a este vasto território, pudesse constituir um paradigma a seguir futuramente<sup>16</sup>.

A 29 de Abril de 1938, a Agência prestou homenagem ao marquês de Sá da Bandeira, junto do monumento que lhe foi erigido, na praça de D. Luís em Lisboa, por ocasião do 80.º aniversário do decreto que abolia a escravatura. Nesse mesmo dia, na Sociedade de Geografia houve uma sessão solene presidida pelo ministro das Colónias, Vieira Machado. Para este governante, a data tinha um valor simbólico pois lançara as bases para um tratamento mais humanista das populações dos trópicos<sup>17</sup>. Esta temática começava portanto a ter na opinião pública algum significado, a ponto de a Associação Académica de Coimbra ter enviado ao ministro da Educação uma petição a solicitar a criação de uma “Sala do Império”, na Faculdade de Letras, assim como a obrigatoriedade da formação colonial nos currículos da maior parte dos cursos do Ensino Superior. A comprovar esta petição seguia um documento em que se explicava a pertinência desta reivindicação, surgida após uma embaixada desportiva da Academia de Coimbra ter visitado terras portuguesas de África. Nessa visita de três meses a São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, os estudantes tinham podido constatar “perante as dificuldades das regiões tropicais que a nossa Raça atinge as suas mais altas expressões”<sup>18</sup> e que em contacto com os diversos intervenientes no terreno, se poderia compreender a importância da

---

<sup>16</sup> Vide “Exposição Bibliográfica da Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 154, Abril de 1938, pp. 134-142, especialmente p. 138.

<sup>17</sup> Vide “Sá da Bandeira – As celebrações em Lisboa e noutros pontos do país”, *Bol.* n.º 156, Junho de 1938, pp. 131-132.

<sup>18</sup> Vide “Ensino colonial nas Universidades”, *Bol.* n.º 166, Abril de 1939, pp. 53-57, especialmente p. 53.

missão que coubera a Portugal nessas regiões. Embora houvesse poucas disciplinas na formação dos estudantes de Coimbra (“Geografia Colonial” e “História dos Descobrimentos e da Colonização”), esse facto não impedia que nesta Universidade houvesse uma plêiade de professores e cientistas que se interessavam pelos assuntos de África, como era o caso de Beleza dos Santos, Ferraz de Carvalho, Júlio Henriques, Luís Carrisso e Maximino Correia.<sup>19</sup>

Uma outra faceta promovida pela Agência foi a abertura de concursos públicos para a construção de monumentos de figuras gradas da História a erigir na Metrópole e nas Colónias, que invocariam acontecimentos e personalidades alusivas à Fundação, Restauração, e Refundação do Estado português. Em Luanda foi aberta uma subscrição para a construção de uma estátua “à memória do Rei Conquistador Afonso Henriques, Fundador da Nacionalidade, e cuja espada tornou possível em terras de África a obra Missionária da gente Portuguesa, a propagação da Fé e o Império”<sup>20</sup>. Entretanto, em Junho de 1939, o Presidente Carmona realizava uma visita aos territórios de Cabo Verde, Moçambique e União Sul-Africana. De entre uma vasta comitiva, acompanhavam-no o ministro da tutela, Vieira Machado, e outros altos funcionários, entre os quais o representante da Agência Geral das Colónias. Aliás, a presença de Júlio Cayolla foi muito importante para a divulgação da viagem entre os principais órgãos de Comunicação. Destacando a importância de um Chefe de Estado na África Oriental portuguesa, o *Notícias*, de Lourenço Marques, do dia 17 de Julho de 1939<sup>21</sup>, publicava um número especial dedicado a esta visita e, entre vários artigos e reportagens, apresentava uma entrevista com Cayolla que desmitificava uma

---

<sup>19</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 56-57.

<sup>20</sup> Vide “Concurso do monumento a D. Afonso Henriques a erigir na cidade de Luanda”, *Bol.* n.º 169, Julho de 1939, pp. 174-178, especialmente p. 175.

<sup>21</sup> *Vide* *Jornal Notícias*, de Lourenço Marques, de 17 de Julho de 1939.

“calúnia” largamente difundida, de que nesta possessão havia “uma certa frieza pouco patriótica”, mas que não era verdade e que na mesma “palpitava” um patriotismo “construtivo” que se assemelhava ao de outras parcelas do Império<sup>22</sup>.

O ano de 1940 ficara marcado pelas comemorações do duplo centenário da Fundação e da Restauração, efeméride que tinha um grande significado para o Estado Novo, visto que eram duas datas simbólicas na afirmação da nacionalidade. Nestas celebrações do “ano áureo”, que o Presidente do Conselho queria assinalar como um acto de “devoção”, “exaltação” e de “fé”<sup>23</sup>, destacaram-se vários eventos, como a Exposição Colonial do Mundo Português em finais de Junho, seguida da inauguração do monumento a Pedro Álvares Cabral, da abertura, nos Jerónimos, da Exposição de Cartografia e do Cortejo Imperial<sup>24</sup>. A 5 de Julho de 1941, foi publicada no *Diário do Governo* uma Portaria que nomeava Júlio Cayolla para uma missão oficial ao Brasil que previa uma mostra da obra cultural realizada pela Agência das Colónias, relacionada com a chamada “política do Atlântico”<sup>25</sup>. Com Cayolla viajara o responsável do Secretariado da Propaganda Nacional António Ferro, incumbido de chefiar uma embaixada para a promoção de contactos que habilitassem os dois Governos a colaborarem, nas áreas cultural e económica, e ao mesmo tempo agradecer a presença brasileira nos festejos dos Centenários. A confirmar esta cooperação estivera a assinatura a 5 de Setembro de 1941 de um acordo cultural que contou com a presença do Presidente brasileiro Getúlio Vargas, e com os representantes das delegações,

---

<sup>22</sup> Vide “A viagem e a acção da Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 173, Novembro de 1939, pp. 201-207, especialmente p. 205.

<sup>23</sup> SALAZAR, Oliveira. “800 Anos de Independência” in *Discursos e Notas Políticas – 1938-1943*, Volume III, Coimbra: Coimbra Editora, 1943, pp. 258-259.

<sup>24</sup> Vide “Obras Comemorativas dos Centenários Editadas pela Agência Geral das Colónias”, *Boletim* n.º 189, Março de 1941, pp. 3-23.

<sup>25</sup> Vide “O director do Secretariado de Propaganda Nacional e o Agente Geral das Colónias em missão ao Brasil”, *Bol.* n.º 196, Outubro de 1941, pp. 118-119.

Lourival Fontes e António Ferro, que rubricaram um documento prevendo grandes realizações entre os dois países, tais como: publicação de uma revista mensal; realização de longas-metragens que se baseassem na história dos dois países; investigação da etnografia e do folclore luso-brasileiro; promoção de eventos e festas populares entre as duas comunidades; criação de um prémio literário anual para distinguir os melhores trabalhos publicados quer no Brasil, quer em Portugal; celebração de efemérides e datas históricas importantes<sup>26</sup>.

Nos primórdios de 1942, o Agente-Geral, como conselheiro da Emissora Nacional, organizara um ciclo de palestras sobre o “Império Colonial Português”, que focaram cinco aspectos deste sistema de dominação: “O descobrimento do Império”; “A conquista do Império”; “A construção do Império”; “O Império no século XIX”; “O Império actual”<sup>27</sup>. A partir das ondas radiofónicas, transmitidas pela emissora estadonovista, a Agência passara também a utilizar esta estação para difundir o que de mais importante se estava a fazer nas possessões portuguesas. Sabendo que esta audiência não era a mesma da que era utilizada nas conferências e palestras nos ginásios dos Liceus, nos salões nobres dos Ministérios e Câmaras Municipais, Júlio Cayolla apressava-se a utilizar este novo meio, com um pragmatismo e um realismo que a situação exigia. Assim, numa primeira alocução, o Agente-Geral avisava para a “brevidade” conveniente da mensagem radiofónica, onde de uma forma sintética se poderiam dizer coisas sublimes e pertinentes, como “há sempre, mesmo nestes invisíveis auditórios, a quem professar ou quando menos a quem despertar pela emoção, imagens das coisas belas e grandes que a nossa voca-

---

<sup>26</sup> Vide “Acordo Cultural Luso-Brasileiro”, *Ibidem*, *Bol.* n.º 196, Outubro de 1941, pp. 52-57.

<sup>27</sup> CAYOLLA, Júlio. “A Emissora Nacional e o Império”, *Bol.* n.º 202, Abril de 1942, pp. 29-34.

ção colonizadora operou por esse Mundo fora”<sup>28</sup>. Depois referia dois acontecimentos da realidade política que aspiravam reforçar essa unidade: as duas viagens do Presidente Carmona a África, e a visita do ministro Vieira Machado, à Guiné e Cabo Verde<sup>29</sup>.

A 20 de Agosto de 1942, pelo ministério das Colónias foi entretanto publicado um Decreto-Lei que tinha a ver com a racionalização dos meios de propaganda. Como até então havia no terreno duas instituições, o Secretariado da Propaganda Nacional e a Agência Geral das Colónias, que exerciam funções que se complementavam no respeitante à actividade imperial, o Governo entendeu criar um lugar de delegado junto do SPN, que coordenaria as informações referentes à realidade tropical entre estas instituições<sup>30</sup>. Onze dias depois foi nomeado Augusto Cunha delegado da Agência junto deste Secretariado<sup>31</sup>. A personalidade indigitada era um advogado que dirigia a revista *O Mundo Português* e estivera empenhado na organização dos cruzeiros de “Férias às Colónias” e dos “Estudantes das Colónias à Metrópole”. A estratégia de vulgarização pelo intercâmbio de estudantes, velhos colonos, autoridades tradicionais, profissões liberais era uma medida que reforçava os laços de solidariedade imperial que o Estado Novo utilizara, especialmente quando das festividades dos Centenários<sup>32</sup>.

A 25 de Maio de 1944, Oliveira Salazar inaugurava o II Congresso da União Nacional, onde proferiu um discurso acerca da situação de Portugal e também do que se passava no exterior com a Segunda Guerra, que apelidava de “confusão mundial”. Prevendo que a Europa iria cair irremediavelmente numa “desordem”, era adepto de “um

---

<sup>28</sup> *Idem, Ibidem*, p. 30.

<sup>29</sup> *Idem, Ibidem*, p. 33.

<sup>30</sup> *Vide* Decreto-Lei de 20 de Agosto de 1942.

<sup>31</sup> *Vide* “Delegado da Agência Geral das Colónias junto do S.P.N.”, *Boletim* n.º 209, Novembro de 1942, p. 49.

<sup>32</sup> *Vide* Decreto-Lei n.º 30.374 in *Diário do Governo*, de 10 de Abril de 1940.

Estado forte”<sup>33</sup>. Mesmo com as mudanças globais, Salazar continuava a apostar num Governo centralizado, uníssono e sem partidos parlamentares, pelo que a política para com o Império iria continuar inserida no lema tripartido de “unidade”, “solidariedade” e “nacionalismo”, pressupostos que contrariavam as ideias autonomistas aprovadas pela ONU. Daí que instituições do regime, como a Mocidade Portuguesa e a Casa dos Estudantes do Império, passassem a ter um protagonismo maior nesta campanha de sensibilização por estes territórios. A 18 de Dezembro de 1944, realizara-se uma série de palestras em que Soares Franco, comissário desta Mocidade, salientava a importância da juventude e da sua “educação” para a concretização do pressuposto imperial. Para além do exemplo da “gesta” dos soldados de África que, pela obra de “desbravamento” e de “civilização”, constituíram modelo para as gerações mais novas, também a ideia de “lusitanidade” servira para dar forma a um passado “glorioso” e para projectar Portugal no Mundo<sup>34</sup>.

Com Marcello Caetano na Pasta das Colónias, a partir de Setembro de 1944, a divulgação dos territórios ultramarinos mantivera-se, reforçada com a ideologia autonomista emergida com o final da Segunda Guerra. No sentido de contrariar esta ideia da diplomacia internacional, a Agência-Geral incentivou e diversificou algumas outras formas de vulgarização do Império, através de novas estratégias que pretendiam ser mais aliciantes e, ao mesmo tempo, trouxessem mais gente para a defesa desse desiderato. A partir de Maio de 1945, a Agência, à semelhança de outros organismos oficiais, concorreu à Feira Popular e à Feira das Amostras de Lisboa com um pavilhão artístico decorado por Jorge Segurado, no qual

---

<sup>33</sup> Vide “Discurso de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho na Sessão inaugural do II Congresso da União Nacional, em 25 de Maio”, *Bol.* n.º 228, Junho de 1944, pp. 3-13, especialmente p. 11.

<sup>34</sup> Vide “Propaganda Colonial”, *Bol.* n.º 236, Fevereiro de 1945, pp. 268-271, especialmente p. 269.

as parcelas ultramarinas se mostravam nos mais diversos aspectos, desde as paisagens, até aos recursos locais. Ainda, com a emissão de um novo programa quinzenal intitulado «O Jornal Radiofónico do Império», que procurava estimular a consciência dessas populações para um maior apego a esses territórios<sup>35</sup>.

A partir de Janeiro de 1946, começaram as comemorações nacionais do “V Centenário da Descoberta da Guiné”, com uma sessão solene na Sociedade de Geografia, a 16 de Maio. Três dias depois iniciava-se o congresso alusivo a esta celebração, e a 15 de Junho ficara também patente no Palácio da Independência uma exposição que mostrava as potencialidades desta colónia, no contexto do território português<sup>36</sup>. Em Maio, a propósito da passagem do primeiro centenário do nascimento de Serpa Pinto, o Chefe de Estado inaugurava nas instalações do Secretariado Nacional de Informação uma mostra evocativa da vida e obra deste explorador africano<sup>37</sup>. Para além de muitos objectos pessoais expostos (carabina, condecorações, retratos), foi ainda lançado o livro de Amadeu Cunha, *Serpa Pinto e o apelo de África*<sup>38</sup>. O ano não terminaria sem quatro outros eventos proeminentes para a difusão da idiosincrasia imperialista: a visita das autoridades tradicionais da Guiné a Lisboa; a inauguração do monumento a Nuno Tristão, em Bissau; a representação do Império Colonial no “Desfile dos Municípios”, a propósito do VIII Centenário da Conquista de Lisboa; a preparação do pavilhão da Agência na Feira de Amostras de Lisboa<sup>39</sup>. Um outro facto relevante foi a cola-

---

<sup>35</sup> Vide “Reunião de Africanistas”, *Bol.* n.º 240, Junho de 1945, p. 349.

<sup>36</sup> Vide “Comemorações do V Centenário do Descobrimento da Guiné”, *Bol.* n.º 252, Junho de 1946, pp. 87-98.

<sup>37</sup> Vide “O Primeiro Centenário do Nascimento de Serpa Pinto”, *Bol.* n.º 251, Maio de 1946, pp. 116-120.

<sup>38</sup> CUNHA, Amadeu. *Serpa Pinto e o Apelo de África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, 62 pp.

<sup>39</sup> Vide “O Pavilhão da Agência Geral das Colónias na Feira de Amostras de Lisboa”, *Bol.* n.º 264, Junho de 1947, pp. 84-87.



boração que a Agência encetara com a instituição juvenil do Estado Novo, para a promoção do património ultramarino. Assim, no dia 12 de Maio de 1950 inaugurava-se no Palácio da Independência, em Lisboa, o primeiro Centro de Estudos de Formação Imperial da Mocidade Portuguesa, que implicava os jovens em concursos, conferências, acampamentos e excursões<sup>40</sup>.

O desenvolvimento das novas tecnologias levava a que a Agência-Geral aderisse aos meios audiovisuais, para que pudesse fazer passar as suas mensagens<sup>41</sup>. Por iniciativa do ministério das Colónias foi mandada construir uma viatura para o cinema que em missão de propaganda deveria percorrer Angola, projectando para as populações filmes da realidade metropolitana, seguindo depois para Moçambique, onde faria a mesma vulgarização. Deveremos notar que estas películas tratavam, entre Janeiro e Dezembro de 1950, dos mais variados assuntos relacionados com aspectos culturais, especialmente monumentos, paisagens, procissões e desafios de futebol<sup>42</sup>. No rol de fitas utilizadas, contavam-se, entre outras, as seguintes: *Algarve, terra de sonho*; *A Coroação de N.ª Sr.ª de Fátima*; *O Dia do Lusito*; *Desfiles da Legião*; *Imagens de Lisboa*; *O Vale do Vouga*; *A Viagem do Sr. Marechal Carmona ao Porto*<sup>43</sup>. No mesmo período, o cinema ambulante realizou em Angola 171 sessões, com a assistência de 201.546 pessoas, sendo que desse número 97% eram indígenas<sup>44</sup>. Ainda, em Agosto de 1950, a Agência efectuara no cinema Tivoli,

---

<sup>40</sup> Vide “Centro de Estudos e Formação Imperial”, *Bol.*n.º 300, Junho de 1950, pp. 177-179, especialmente p. 177.

<sup>41</sup> Sobre esta temática, Luís Reis Torgal (Coordenação) in: *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Lisboa: Editorial “Temas e Debates”, 2011, 432 pp.

<sup>42</sup> MATOS-CRUZ, José de. “Enquadramento Cronológico: 1950” in *Prontuário do Cinema Português – 1896-1989*. Lisboa: Edição da Cinemateca Portuguesa, 1989, pp. 102-104.

<sup>43</sup> Vide “Angola: Propaganda Metropolitana em Angola por Meio dum Cinema Ambulante”, *Bol.*n.º 301, Julho de 1950, pp. 102-104, especialmente p. 102.

<sup>44</sup> Vide “Cinema Ambulante da Agência Geral das Colónias”, *Bol.* n.º 310, Abril de 1951, pp. 152-153, especialmente p. 152.

de Lisboa, a projecção de oito filmes: *Beira; Chá; Lobito, Cidade do Progresso; Lourenço Marques; Luanda, Cidade Feiticeira; O Ensino em Angola; o Karavial em Angola; Sisal*<sup>45</sup>.

O Governo fizera publicar, entretanto, a Lei n.º 2.048, de 11 de Junho de 1951, que introduzia várias alterações à Constituição de 1933, mormente no que se referia ao título VII, sobre “O Ultramar Português”, e o Decreto n.º 38.300, que mudava a designação do ministério das Colónias, para o de Ultramar. Ainda, no mesmo ano, a 11 de Outubro, a Agência-Geral organizou no Mosteiro dos Jerónimos a Exposição de Arte Sacra Missionária, evento da responsabilidade da *Propaganda Fide*. A realização em Lisboa vinha colmatar a ausência no certame da Santa Sé e, ao mesmo tempo, contribuir para que as cerimónias de encerramento do Ano Santo em Portugal tivessem outro brilho<sup>46</sup>. A tarefa da Agência Geral do Ultramar de divulgar o património de Além-Mar prosseguia com a participação, em 1952, na Feira Popular de Palhavã<sup>47</sup>. A presença da instituição em eventos deste tipo não era só em Lisboa, pois em 1953 também estivera no certame do Porto, onde colaborara com a obra assistencial do governador daquela cidade, Domingos Braga da Cruz<sup>48</sup>. No final desse ano, a Agência participou nas celebrações do IV Centenário da morte de S. Francisco Xavier. Para além da Metrópole, as cerimónias tiveram o seu ponto alto em Goa, onde no dia 4 de Dezembro se assinalou a data, com a inauguração no Instituto Vasco da Gama de uma exposição de arte <sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> Vide “Oito filmes sobre a África Portuguesa – Angola e Moçambique em 1950”, *Bol.* n.ºs 302-303, Agosto-Setembro de 1950, pp. 167-168.

<sup>46</sup> Vide “Exposição de Arte Sacra”, *Bol.* n.º 318, Dezembro de 1951, pp. 19-109.

<sup>47</sup> Vide “Feira Popular de 1952”, *Bol.* n.º 323, Maio de 1952, pp. 112-114.

<sup>48</sup> Vide “Feira Popular do Porto”, *Bol.* n.ºs 336-337, Junho-Julho de 1953, pp. 240-242.

<sup>49</sup> Vide “IV Centenário do Falecimento de S. Francisco Xavier, Apóstolo das Índias – O *Te-Deum* em Lisboa”, *Bol.* n.º 330, Dezembro de 1952, pp. 3-70, especialmente p. 55.

No seguimento das medidas legislativas tomadas pelo regime em 1957 para reestruturar o ministério do Ultramar, certos pressupostos foram adoptados para desenvolver áreas de divulgação turística. Quando da promulgação do Decreto n.º 41.407, de 28 de Novembro, definia-se que cabia à Agência essa nova função de “estimular”, “coordenar” e “orientar” a actividade de *marketing* territorial nas possessões tropicais. Até então, coubera às Casas da Metrópole (de Luanda e de Lourenço Marques) a função de organizar esse intercâmbio material e espiritual. Mas, pouco a pouco, essas competências haviam sido atribuídas a outros serviços, com tarefas parecidas às das já mencionadas “Casas”<sup>50</sup>. Para ultrapassar a concorrência institucional e a dispersão de actividades eram entretanto criados os Centros de Informação e Turismo (Decreto-Lei n.º 42.194, de 27 de Março de 1959), e logo decidido, pelo mesmo diploma, o funcionamento dos de Angola, Moçambique e da Índia, ficando ainda pela dita providência legislativa o ministro da tutela apto para criar, quando entendesse, instituições idênticas nas restantes parcelas, facto que aconteceria a 7 de Dezembro de 1960<sup>51</sup>.

A 13 de Abril de 1961, o Presidente do Conselho fizera mais uma remodelação governamental, tendo nomeado para o ministério do Ultramar, Adriano Moreira. Meses depois, em Setembro, numa altura em que a conjuntura internacional não era muito favorável ao modo como Portugal administrava os seus domínios, o novo ministro visitava as principais possessões africanas, facto que merecia do próprio governante uma justificação, de que esta viagem não foi “determinada por qualquer situação de emergência”<sup>52</sup>. Apesar de Moreira

---

<sup>50</sup> Vide “Centros de Informação e Turismo das Províncias Ultramarinas”, *Bol.* n.º 406, Abril de 1959, pp. 99-108, especialmente p. 100.

<sup>51</sup> Vide “Reunião dos Directores dos Centros de Informação e Turismo”, *Bol.* n.ºs 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 161-182, especialmente p. 161.

<sup>52</sup> Vide “Visita Ministerial – Prof. Dr. Adriano Moreira na África Portuguesa”, *Bol.* n.ºs 436-437-438, Outubro-Dezembro de 1961, pp. 33-137, especialmente p. 33.

considerar as visitas ao Ultramar como “actos normais de serviço”, o ano de 1961, por causa dos massacres em Angola e do desvio do navio Santa Maria, não poderia ser considerado um ano vulgar. A prova desse facto é que, entre Abril e Setembro, dois ministros do Ultramar visitaram os territórios de África. Também não era habitual que no espaço de um mês o Chefe do Executivo fizesse duas remodelações. A situação levava mesmo Oliveira Salazar a escolher a temática sobre “O Ultramar Português e a O.N.U.”<sup>53</sup>, para proferir um discurso na sessão extraordinária da Assembleia Nacional, do dia 30 de Junho. Depois de historiar o contencioso com as Nações Unidas e as votações de 15 de Dezembro de 1960 e de 21 de Abril de 1961, em que se estabelecia a obrigatoriedade de Portugal prestar informações sobre os seus territórios não autónomos, ao abrigo do artigo 73.º da Carta desse Areópago<sup>54</sup>, Salazar concluía que, apesar de as instâncias internacionais advogarem a autodeterminação, haveria a se considerarem outras hipóteses, não menos “dignas”, nem menos “aptas”, para o seu país e para a “influência civilizadora” deste, sobre povos de “raças diferentes”. Pensava, portanto, que “despojar” Portugal dessa soberania sobre os territórios ultramarinos seria um “acto injusto” e até destituído de “inteligência prática”<sup>55</sup>. Mas este discurso não passou de retórica patriótica, de modo que o ano de 1961 terminava com outro revés, com a ocupação pela União Indiana, a 18 de Dezembro, de Goa, Damão e Diu<sup>56</sup>.

Com os tempos atribulados que se seguiram as autoridades do Estado Novo decidiram apostar na reformulação do marketing im-

---

<sup>53</sup> SALAZAR, Oliveira. “O Ultramar Português e a O.N.U.”, *Bol.* n.ºs 432-433, Junho-Julho de 1961, pp. 3-27.

<sup>54</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5.

<sup>55</sup> *Idem, Ibidem*, p. 16.

<sup>56</sup> *Vide* “Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana”, *Bol.* n.ºs 436-437-438, Outubro-Dezembro de 1961, pp. 281- 305, especialmente p. 293.

perial, com a extinção das Casas da Metrópole, ficando todo o legado destas às ordens dos Centros de Informação e Turismo<sup>57</sup>. A 10 Outubro de 1964, realizara-se, entretanto, na Agência Geral do Ultramar a primeira reunião que chamava a atenção para a situação do início da Guerra Colonial e da invasão de Goa ter levado a que estes novos departamentos se afastassem do âmbito para que foram criados, mas no momento em que a pressão externa afrouxara poder-se-ia “...iniciar um trabalho essencialmente de coordenação de esforços”<sup>58</sup>. Assim, o melhor “desempenho” naquela ocasião em que o Império começava a ser afrontado por forças militares do exterior era que a Agência e os Centros formassem “...um todo único, dado que o seu objectivo é comum”<sup>59</sup>. Deveria incidir sobre a imprensa, rádio, televisão, cinema que pudessem ser úteis para fazer passar a mensagem de Portugal, como Estado uno e solidário. Depois, no campo do turismo, a estratégia para a divulgação de cada realidade passaria por uma série de meios de vulgarização que contemplaria a publicidade e o *marketing*, com a utilização de mapas, estatística e outros elementos informativos<sup>60</sup>. Esta complementaridade, entre Metrópole e o Ultramar, não se verificava só ao nível das viagens e da cultura popular, mas o ministro Peixoto Correia pretendia que se concretizasse ainda a outros níveis, com toda uma série de intercâmbios que pudessem aproximar a Europa, das restantes parcelas transoceânicas<sup>61</sup>. O ministério do Ultramar elaborara também, no ano de 1964, um vasto programa de cooperação cultural entre um largo número de professores e estudantes.

---

<sup>57</sup> Vide “Centros de Informação e Turismo das Províncias Ultramarinas”, *Bol.* n.º 406, Abril de 1959, pp. 99-108.

<sup>58</sup> Vide “Reunião dos Directores dos Centros de Informação e Turismo”, *Bol.* n.ºs 471/472, de Setembro/Outubro de 1964, pp. 161-182, especialmente p. 164.

<sup>59</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>60</sup> *Idem, Ibidem,* pp. 177-178.

<sup>61</sup> Vide “Plano de Intercâmbio Cultural”, *Bol.* n.ºs 471/472, Setembro/Outubro de 1964, pp. 311-312, especialmente p. 311.

Banha da Silva deixara de exercer o cargo de Agente-Geral, tendo sido substituído por Francisco da Cunha Leão, em Agosto de 1967. Nesta conjuntura, este novo responsável procurava lutar contra a “rotina” e “estagnação” interpretando à “letra” alguns dos pressupostos importantes da reforma Silva Cunha, sobretudo no que se referia à separação entre as funções de “estudo” e as funções “burocráticas”. Na sequência da alteração da Lei Orgânica do ministério do Ultramar (Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967)<sup>62</sup>, a Agência acabaria por ser um organismo que se destinava a difundir informações relativas ao património tropical, a superintender e impulsionar o turismo, bem como a desempenhar as funções de procuradora de quaisquer outros assuntos. A instituição passava a ter apenas três repartições e um gabinete orientador de publicações, subdivididos em «Serviços Administrativos e de Procuradoria-Geral», «Serviços Técnicos e Editoriais» e «Serviços de Relações Públicas e Turismo». Relativamente às reformas anteriores, os departamentos que agora apresentavam algo de novo eram aqueles que se destinavam à promoção, através da utilização de meios como a imprensa, a rádio e a televisão. No caso da RTP, que só se instalara em Portugal em 1957, apresentava um programa de quinze minutos, primeiro quinzenal, depois semanal, produzido pela Agência Geral do Ultramar intitulado “Portugal além Europa”, com uma equipa dirigida por Manuel Osório<sup>63</sup>. Destacava-se nesta altura outro meio publicitário, uma exposição itinerante, com o mesmo título do da “caixa mágica” inaugurada em Beja a 5 de Dezembro de 1967, que iria percorrer todo o país<sup>64</sup>. A Agência-Geral tinha ainda um Gabinete de Imprensa que

---

<sup>62</sup> Vide “Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 47.543, de 2 de Junho de 1967 – Lei Orgânica do Ministério do Ultramar”.

<sup>63</sup> Vide “Um Programa Especial sobre o Ultramar na R.T.P.”, *Bol.* n.ºs 511/512, Janeiro/Fevereiro de 1968, p. 196.

<sup>64</sup> Vide “Exposição “Portugal Além Europa”, *Bol.* n.ºs 509-510, Novembro-Dezembro de 1967, pp. 101-104, especialmente p. 102.

elaborava e enviava diariamente notícias, acompanhadas de fotografias, para a redacção dos principais jornais, para a Emissora Nacional e para a RTP. Editava assim um conjunto de publicações, entre as quais se destacava o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar*, desde 1925, a revista *O Mundo Português*, em parceria com o SPN, desde 1934, um jornal de parede (com uma tiragem de 1.000 exemplares), para distribuir nos Centros de Informação e Turismo. Publicava, mensalmente, desde 1970, a revista *Permanência*.

Com o intuito de estimular o interesse dos intelectuais pelos assuntos tropicais, instituiu a Agência-Geral o “Concurso de Literatura Colonial” anualmente promovido, desde 1926 até 1951. Em 1954 este certame foi melhorado, com a criação de quatro prémios que viriam a subsistir até 1974, contemplando géneros literários tão diversos, como o conto, a poesia, o romance e o teatro. A propósito desta “cultura única” sobre a diversidade ultramarina lusíada<sup>65</sup>, o n.º 535, de Janeiro/Junho de 1970, divulgava os galardões em competição nesse ano e que se referiam às modalidades de “Poesia”, “Ensaio”, “Novelística”, “História e Reportagem”, a que correspondiam os prémios “Camilo Pessanha”, “Frei João dos Santos”, “Fernão Mendes Pinto”, “João de Barros” e “Pêro Vaz de Caminha”, cada um no valor de 20.000\$00. Para além destes, havia ainda o prémio “D. João II”, no valor de 50.000\$00, que distinguia o melhor estudo, sobre o tema que a propaganda do Estado Novo, já no período final, procurava consagrar, a “Unidade Nacional”<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> REIS, Fernando “Uma só Cultura: Literatura Portuguesa Ultramarina” in *A Voz de S. Tomé*. São Tomé: 26 de Agosto de 1967.

<sup>66</sup> Vide “Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar”, *Bol.* n.º 535, Janeiro/Junho de 1970, pp. 161-162.